

A REINVENÇÃO DA DEMOCRACIA OU A UNIVERSIDADE SEGUNDO SARAMAGO

Interrogar é ensinar.
Xenofonte, *A Retirada dos Dez Mil*

“Enquanto não alcançares a verdade não poderás corrigi-la. Porém,
se a não corrigires, não a alcançarás. Entretanto, não te resignes.”

Do Livro dos Conselhos
in José Saramago, *História do Cerco de Lisboa*

A nossa homenagem ao Professor Joaquim Fonseca consistirá numa viagem através de um texto do prémio Nobel da Literatura, José Saramago. Ao longo desse percurso interpretativo, iremos interrogando o texto na tentativa de seguir modos inteligentes de ler, para os quais o ensino, isto é, o interrogar do Professor nos despertou.

O percurso de leitura que propomos inscrever-se-à, assim, basicamente, no quadro metodológico consignado na área da Linguística de Texto/Análise de Discurso e seguirá de perto trabalhos desenvolvidos por Joaquim Fonseca.

Tomando a totalidade de sentido do texto como o complexo integrado de “dimensões enunciativas – representação de estados de coisas – configuração de uma orientação discursiva global”,¹ procuraremos captar o sistema de referências instituído pelo discurso, bem como o sistema de avaliações construído pelo autor, com o intuito de compreender a intencionalidade que marca esta produção.

¹ Ver Fonseca, J. 1998: 334.

Constituirá nosso objecto de análise um texto de José Saramago publicado no número comemorativo do 10º aniversário da revista *Visão*. Importa referir que este texto, a que José Saramago deu o título de «Democracia e Universidade», foi escrito com base na sua alocação ao ser doutorado «honoris causa» na Universidade Carlos III de Madrid².

A situação enunciativa dominante gira em torno das coordenadas EU-VÓS/AQUI/AGORA, sendo que este «AGORA», corresponde à data de publicação, 8 de Maio de 2003, e assinala o tempo de enunciação – o T0.

Não sendo possível deduzir a partir do título uma tipologia discursiva precisa, também não é possível encontrar nele uma linha interpretativa inequívoca. Efectivamente, pela vasta enciclopédia que activa, este título pode projectar-se em hipóteses interpretativas plurais e até divergentes. Seja qual for a validação que uma leitura atenta confira a essas hipóteses, a verdade é que este título configura um agregado de sentido nuclear no qual se fundará todo o programa discursivo. Porém, a orientação desse programa só se torna perceptível à luz da situação enunciativa acima descrita pois é ela que permite tomar o texto como um discurso polémico de natureza fortemente argumentativa, no qual o autor realiza, como orientação central, um macroacto expressivo de censura, accionalmente dimensionado para a exortação.

Sobressaem no discurso – a nível local, sequencial e global – dois eixos agregadores: o das contraposições e o da polifonia.

No eixo das contraposições, poderemos, esquematicamente, salientar:

- a contraposição entre valores que, metaforicamente apresentados, reenviam para universos éticos e morais representativos do Bem e do Mal, da Vida e da Morte;³
- a contraposição entre atitudes e comportamentos que, decorrentes da aceitação ou da rejeição dos referidos valores, se congregam na relação dicotómica dos pólos reflexão/entorpecimento das consciências e acção/imobilidade;
- a contraposição entre vectores axiológicos, traduzidos sobretudo por actos de elogio/censura;

² O texto em análise aparece reproduzido no Anexo I. No Anexo II transcreve-se o mesmo texto com a identificação dos parágrafos e dos enunciados em que o dividimos para efeitos de tratamento.

³ A disseminação destas metáforas ao longo do texto tece uma forte rede isotópica que vai constituir-se como o maior garante da coesão textual.

- a contraposição entre atitudes modais de afastamento/adesão relativamente aos estados de coisas descritos.

No eixo da polifonia, particularmente notória e diferenciada, sucedem-se, em movimentos de carácter também opositivo, as vozes que contracenam no discurso: Locutor/Outros.

Atravessará, assim, o texto uma marcada tensão comunicativa determinada pela polifonia que ele integra e que se fará ouvir, de modo mais ou menos ostensivo e polémico, em diferenciadas enunciações, em diferentes vozes.

Texto que nasceu para ser dito, este artigo torna-se efectivamente audível desde a primeira leitura, de tal modo é habitado pela presença dominante da voz ou, melhor dizendo, da pluralidade de vozes que nele contracenam.

Inaugura-o um certo tom de oratória, perceptível no ritmo majestoso e ondulante das primeiras frases (veja-se todo o parágrafo A) e perdurável na marcação dos jogos estratégicos com que o orador (que passaremos a designar também por locutor) ora se oculta, ora se revela, para interagir eficazmente com os diferentes destinatários que vai pondo em cena.

Sabe-se que, a este locutor, enquanto “ser do mundo”⁴ é conferido um elevado grau de credibilidade. O auditório reconhece-lhe uma autoridade simbólica, conferida pelo seu duplo estatuto de escritor galardoado e de cidadão interventivo, defensor em praça pública dos direitos cívicos. Embora tal autoridade pudesse conceder ao orador o direito de fazer ouvir a singularidade da sua voz, ele não fará assentar o texto na unicidade nem tão pouco o apresentará como o produto de um locutor homónimo, responsável único pela configuração significativa que se desenha no discurso⁵. Com efeito, assistiremos ao longo do texto à irrupção de outras enunciações, outros discursos, outras vozes que o locutor implícita e explicitamente torna audíveis. Sobre este dialogismo e polifonia discursivos assentará, assim, a construção do discurso e neles se moldarão as estratégias, os reajustamentos e orientações de ordem argumentativa que concorrem para a realização feliz da mensagem.

⁴ Ver Fonseca, J., 1998 a: 79 e 80.

⁵ Como sublinha Fonseca, reforçando as posições de F. Jacques, “a actividade de produção do Locutor é largamente heterónoma pois que o Alocutário nela se inscreve continuamente, partilhando com o Locutor a iniciativa semântica, codeterminando com ele uma boa parte da intenção comunicativa e em geral a configuração da mensagem” (Fonseca, J., 1992: 283).

Quando o pano da palavra se levanta, adivinha-se uma polémica, anunciada pela natureza antagónica e sublinhada pela desproporcionalidade numérica dos actores: por um lado, é a autoridade intelectual representada por “não poucos” (A-1)⁶, “as pessoas bem pensantes” (A-1); por outro lado, é o locutor na sua singularidade, “um sujeito” (A-1) apenas. Para acentuar o antagonismo e a desproporcionalidade, acresce que esse sujeito nunca passou pelos bancos da universidade e se fez pensador por conta própria.

Como pode um não-académico outorgar-se o direito de criticar a universidade? Embora esta instituição consagre nos seus programas o estudo da obra do escritor José Saramago, conferindo-lhe assim um estatuto de mestre, a verdade é que a universidade nunca o acolheu no seu seio como discípulo. Como pode então este cidadão outorgar-se o direito de dar sugestões a essa mesma universidade?

Se é verdade que o locutor como *ser do mundo* dispensa créditos e que a própria universidade também lhe confere creditação, não é menos verdade que o discurso que ele tenciona proferir carece, no presente quadro enunciativo, de fundamentação. O elemento estruturador dessa fundamentação será, em grande medida, como já referimos, a polifonia. O jogo das vozes que se fazem ouvir realiza, intra e interdiscursivamente, uma função legitimadora do estatuto do orador, enquanto sujeito de uma enunciação credível.

Na subtil arquitectura discursiva, percebemos, assim, um locutor que começa por se assumir aos olhos da maioria como “alvo das piores suspeitas” (A-1). É este sujeito, que “nunca se sentou nas aulas de uma universidade” (A-1), que “conserva desde há longos anos inclinações ideológicas e políticas” (A-1) tendentes a reforçar os motivos de suspeição, quem primeiro toma a palavra para logo se subsumir, estrategicamente, no discurso de outrem, fazendo-se eco de uma outra voz. Ao reconhecer tratar-se de um caso em que “o vício se resigna a prestar homenagem à virtude” (A-2), o orador fundamenta a “homenagem” que tenciona prestar à universidade, escudado numa frase clássica que ele se limita a repetir. Com esta estratégia de apagamento, atenua as suspeitas que eventualmente recairão sobre si, ao mesmo tempo que previne e anula eventuais contradiscursos capazes de pôr em causa a base de crédito de que desfruta junto do alocutário.

Para além da voz dos clássicos, concorrem ainda para a validação da postura ética do locutor outras vozes que se identificam como base doutrinal e deontológica, vozes que correspondem a princípios gerais de razoabilidade, vulgo bom senso –

⁶ A identificação dos parágrafos e dos enunciados segue a notação utilizada na transcrição do texto no Anexo II.

“É costume afirmar-se” (B-1). Serão elas a recortar com nitidez os contornos da consciência cívica e dos valores ético-sociais que defendem a pluralidade como um dos pilares da democracia. Serão elas a traçar com rigor e a legitimar o horizonte de expectativas dos «cépticos» face aos «crentes», figurações metafóricas do locutor e dos universitários – “tendo perdido todas as esperanças de entrar no céu, se alguma vez as chegou a alimentar, o céptico chama a si o direito de reclamar dos crentes que, enquanto vivos, se comportem de maneira a merecerem a imensa sorte que lhes foi prometida no paraíso” – (B-2). Enraizadas num universo de saberes e em sistemas axiológicos partilhados pelo locutor e pelo alocutário, essas vozes vão mais facilmente ecoar nas consciências dos destinatários. Num constante jogo de sedução e cumplicidade, a consonância que entre elas se estabelece cria um espaço discursivo onde se auto-legitima e, simultaneamente, se promove o sucesso do discurso.

É assim que, a seguir ao enunciado de abertura e através de um processo de inclusão – “Digamos, então...” (A-2) – se instaura uma enunciação a duas vozes, aparentemente uníssonas. Apressado em fechar uma sequência cujo tema prefigurava uma certa conflitualidade (ver A-1), o que o orador realiza é um movimento discursivo de concessão (note-se o emprego do articulador *então*) com o qual pretende neutralizar o tom polémico que parecia anunciar-se.

Ao mesmo tempo que redirecciona a orientação argumentativa, esta postura negocial do locutor vai legitimar a sua inscrição, de corpo inteiro, num discurso pelo qual passará agora a responsabilizar-se plena e piamente, diríamos – “espero” (A-3), “confesso” (A-3), “rogo” (A-4). Neste discurso, agora de primeira pessoa, realiza-se localmente um acto expressivo de confissão/pedido de desculpas, a lembrar *um acto de contrição* de tonalidades inequivocamente religiosas. É aqui que se anunciam os contornos de um universo moral balizado pela dicotomia Bem/Mal, anteriormente sugerida e aqui claramente traduzida pelos lexemas “vício/virtude” (A-2). Como veremos, tal dicotomia será também, a nível global, um dos vectores semânticos que asseguram a coerência do discurso. É neste segmento que o locutor, procedendo formalmente à *captatio benevolentiae* dos seus auditores, se auto-exclui da esfera do Bem, situando-se num universo moral de sinal negativo. Simultaneamente, reconhecerá ao alocutário o mérito e o direito de ocupar sozinho toda a esfera do referido Bem, aqui representado pela universidade. Com esta estratégia, o locutor *aceita* prestar uma homenagem que formalmente se adequa à situação, respeitando os formatos discursivos exigidos e patenteando as emoções esperadas. Atente-se na escolha dos lexemas “homenagem” (A-2), “gratidão” e “júbilo” (A-3) e na dimensão moral e religiosa da avaliação encarecedora que o semantismo destes termos configura. O orador coloca-se, assim, numa posição calculada de subalternidade invertendo claramente as posições interactivas. Se,

por um lado, esta atitude pode ser tomada como manifestação de cortesia/delicadeza, por outro lado, ela deve ser entendida como uma tentativa de neutralização do tom moralizador e doutrinário do discurso.

Analisado de perto, este suposto acto de humildade e contrição assinala os pilares que, a nível global, irão garantir a coerência da argumentação, bem como uma dinâmica coesa da progressão textual. Efectivamente, é neste cenário de palavras que irão cruzar-se os fios das metáforas que tecem os sentidos e que são, como já referimos, figurações do Bem e do Mal, muitas vezes recortados numa ética religiosa de origem bíblica. Entre os exemplos já citados, saliente-se, a este propósito, o acto de pedido “rogo-vos, portanto” (A-4).⁷

Saramago roga, *portanto*. Com que legitimidade? A de um *viciado* que se “resignou a prestar homenagem à virtude” (A-2).

Prossegue, na sequência da macroestrutura introdutória, a auto-legitimação das expectativas que o locutor alimenta em relação à universidade. Mais uma vez a polifonia é manifesta: ouve-se a voz do senso comum – “é costume afirmar-se” (B-1). A integração da *doxa*, pela força argumentativa que dela se deduz, vai agora sustentar a pertinência e a legitimidade do desiderato do locutor, desiderato esse que corresponde, em resumo, aos temas fulcrais do universo discursivo. Como é sabido e aceite pelo senso comum, o céptico pode exigir dos crentes comportamentos exemplares, consentâneos com a fé que professam.

Analogamente, o locutor, céptico *ab initio*, pode esperar que sejam os conversos à universidade a definir os patamares de exigência compatíveis com a qualidade de que a instituição é motor e garante. A analogia é discursivamente configurada pela conjunção “Ora” (B-3), articulador que estabelece, de modo assertivo, a estreita relação semântica entre a orientação argumentativa local e o cenário metafórico onde, globalmente, ela se desenvolve.

Reforçadas as conotações religiosas das metáforas convocadas para referir a universidade, esta é agora confirmada como o «paraíso», materialização da recompensa suprema conferida aos que escolhem o Bem. Os que a ele aspiram deverão, “por dever de obediência estrita aos preceitos de carácter ético” (B-1), ser exigentes tanto no que diz respeito à sua actuação individual, como às relações interpessoais. Deverão também manifestar exigência no que diz respeito à dinâmica

⁷ É difícil não ouvir aqui a voz de S. Paulo, escrevendo como quem fala, a suplicar aos gentios recém-convertidos autenticidade na vivência cristã: *rogo-vos, pois, irmãos*, repetia S. Paulo nas suas epístolas. Com autoridade inquestionável, vinda da sua experiência, *pois* ele próprio se tinha convertido também.

de formação que determina as interações geradas no seio da instituição. Quem reclama este elevado grau de exigência é o orador, num discurso, onde, pelos ofícios dos pronomes e determinantes de primeira pessoa – “me”, “eu” (B-3), “meu” (B-4) – manifesta a sua vontade e declara as suas intenções pessoais.⁸ A primeira, referenciada ao mundo das coisas existentes, as últimas, ao universo fundado pelas palavras, isto é, ao discurso que vai ser pronunciado.

Claramente explicitada a “motivação primordial” (B-4) do locutor, ou seja, a “exigência formativa” (B-4), estão finalmente criadas as condições para uma recepção cooperativa do discurso, pelo que o orador poderá passar à apresentação dos seus desejos e das suas convicções.

Surgem em primeiro lugar as convicções pessoais sobre a universidade, aqui perspectivada na sua articulação com a sociedade – “não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação.” (C-1).

O semantismo do verbo de actividade mental *ignorar*, realizado na forma negativa, dá conta de um “diálogo” interior em que o locutor rebate um eventual discurso discordante do alocutário, diálogo que poderíamos reconstituir do seguinte modo:

Objectarão ao que eu digo: “a principal incumbência da universidade é precisamente a formação” (C-1).

A isso eu respondo: é verdade – “não ignoro que...” (C-1). Mas é também verdade que essa formação deveria ser não aquela que preconiza o ensino das “simples matérias disciplinares que constituem um curso” (F-3) mas sim a que integra “um complexo de valores éticos e relacionais [...] tão indispensáveis à vida como [...] a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de uma profissão (F-3)”.

As coordenadas co-textuais e contextuais em que a descrição destes estados de coisas se inscreve (ver C-1) permitem que o enunciado seja entendido não apenas na sua dimensão assertiva mas também, e sobretudo, numa dimensão argumentativa. Na verdade, ele equivale a um pré-aviso de contra-argumentação a surgir em fase ulterior do discurso. Essa contra-argumentação só se realizará cabalmente no 6º parágrafo, como acabámos de assinalar ao remeter para expressões da sequência F-3.

⁸ É notório o carácter não só sui-referencial mas também indicial destes deicticos. A este propósito, ver Fonseca, J., 1992: 255 e 256.

Percebem-se, efectivamente, reservas do locutor quanto ao desempenho da função social da instituição.

A estratégia discursiva a que recorre a seguir consiste na sua ocultação discreta por detrás do discurso de outrem, introduzido pela fórmula “diz-se” (C-2). Ao ceder de novo a vez a uma outra voz, o orador desresponsabiliza-se do enunciado, continuando a criar expectativas quanto ao carácter eventualmente controverso das suas futuras posições.

Apesar do tom concessivo (ver C-1) e destas estratégias de ocultação/retardamento, fica a saber-se, e sem qualquer espaço para dúvidas, que o locutor aceita que:

- a incumbência da universidade é tida como sendo a formação para o exercício de uma profissão;
- a escolha da profissão decorre mais das tendências do mercado de trabalho do que das vocações pessoais ou das necessidades da sociedade.

É apresentada a seguir, e como reforço das crenças pessoais do orador, uma visão irrefutável, porque tida como universal, da universidade: ela pode ter boa consciência, pois “cumpriu o papel que lhe foi atribuído” (D-1), o de formar indivíduos para uma profissão. A natureza assertiva desta constatação, que vai ser desdobrada e pormenorizada ao longo da sequência, deduz-se inequivocamente da fórmula que a introduz: “Em qualquer caso” (D-1). A escolha de tal articulador parece abrir efectivamente para um universo de consensualidade que inviabiliza a possibilidade de qualquer polémica, embora ponha de novo na cena discursiva vozes cuja identificação se torna difícil. Quem fala assim assertivamente? Seja quem for o sujeito da enunciação, a consensualidade é, como veremos, apenas aparente. De facto, a orientação da linha argumentativa vai sofrer uma inflexão: a subjectividade do locutor imprimirá ao discurso um movimento de contra-expectativa. Vê-se, assim, anulada a esperada abertura para um amplo espaço de consenso que o conector “Em qualquer caso” (D-1) fazia prever. Em contraste com este clima de consensualidade, o locutor começa a construir a sua argumentação, integrando no discurso tonalidades de índole avaliativa. Sente-se de novo o jogo polifónico ganhar forma lançando subtilmente a dúvida sobre as afirmações avançadas. A formulação de futuro, “terá sempre razões” (D-1), introduz o tom de suspeição e o uso insinuante do advérbio “supostamente” (D-1) denuncia a subjectividade do locutor, cujo posicionamento começa agora a delinear-se. Contra o *discurso da evidência*, ergue-se agora a voz da *incerteza* e da *desconfiança*.

Desencadeada a contra-expectativa, estão criadas as condições para a explicitação de uma tese. O texto parece agora abrir espaço para a revelação do

principal eixo semântico organizador do discurso: “Chegados a esta altura do exposto...” (E-1) “É tempo de tocar o delicado assunto.” (E-3)

Efectivamente, estas duas sequências, respectivamente de abertura e de fecho do 5º parágrafo, delimitam um momento em que o rumo do discurso parece desenhar-se, imaginando-se para breve o aclarar da totalidade de significação que nele se constrói, a revelação do fim para que ele tende.

Note-se, contudo, que o locutor, reconhecendo embora os efeitos que as manobras de retardamento causam quer sobre a dinâmica da progressão discursiva quer sobre as atitudes de recepção do auditório, não se dispõe a fazer essa revelação sem que antes um novo artifício cénico seja textualizado. Com efeito, o acto de tematização anunciado em “É tempo de tocar o delicado assunto” (E-3), será artificialmente precedido de um acto de pergunta assente em premissas irrefutáveis: “se a universidade [como era seu dever] formou, e se a formação contínua tomará à sua conta o resto do trabalho, a pergunta é inevitável: Onde está o problema?” (E-1). A inevitabilidade desta pergunta, cuja resposta implica a referência a um topos identificável como instância de localização do referido problema, leva o discurso a debruçar-se sobre si mesmo, remetendo-nos para uma referência espacial constituída pela própria instância enunciativa. Por outro lado, a configuração sob a forma de pergunta cria no discurso uma instância dialógica, convocando o alocutário a interagir com ele. A resposta, porém, será dada pelo locutor ao assumir perante esse alocutário que o problema está no facto de, até ao momento, ter deixado “provisoriamente de lado” (E-2) a abordagem do “delicado assunto da formação do indivíduo, da pessoa e do cidadão” (E-2). A progressão textual faz-se então a expensas da reformulação da linha argumentativa de que esta estratégia meta-discursiva nos dá conta. Observe-se ainda o recurso (não isento de ironia) a uma referência teológica, na aproximação metafórica que é feita entre o todo constituído pelo *objecto a formar* (indivíduo + pessoa + cidadão) aqui designado por “suprema trindade terrestre” (E-2) e o dogma da santíssima trindade. Deste modo, reforça-se a conexão com o universo de contornos religiosos para que apontam as metáforas convocadas anteriormente em (A) e (B) e leva-se o alocutário a uma tomada de consciência sobre a natureza sagrada do “objecto” de que deve ocupar-se.

Chegou pois o momento de explicitar o conceito de formação, traçando com rigor os seus contornos. Pondo-se uma vez mais ao abrigo de uma eventual refutação, o orador adopta uma postura formal, numa intervenção velada pela tonalidade enciclopédica das «definições» universalmente consagradas: “Qualquer projecto formativo pressupõe...” (F-1). Numa sequência que cumpre globalmente uma função explicativa, surge agora a descrição daquilo que parece ser, irrefutavelmente, a natureza, a condição e a função da universidade. Com as devidas pormenorizações e

exemplos, como convém ao discurso explicativo, valida-se qualquer projecto que saiba articular adequadamente o objecto e os objectivos de formação (ver F-1 a F-3).

Encadeada nesta sequência explicativa, que não deixa antever qualquer conflitualidade, surge, no entanto, a polémica. Em contra-corrente, ao sabor de um *porém* – “a questão, porém, mudará radicalmente de figura” (F-3). Contra a voz corrente, contra a voz da universidade, torna-se claramente audível a voz do locutor, que expressa, pela primeira vez, as suas próprias opiniões. Torna-se agora particularmente visível o movimento de contraposições estruturador de toda a dinâmica discursiva. Evidenciando um ponto de fractura – “a questão mudará radicalmente de figura” (F-3) – irrompem nesta sequência duas concepções radicalmente opostas: a da universidade e a do locutor que mostra assim, em contraponto, essas concepções. Elas defendem respectivamente:

- o ensino de “simples matérias disciplinares que constituem um curso” (F-3);
- a aprendizagem de “um complexo de valores éticos e relacionais que se supõe serem tão indispensáveis à vida como a aquisição de conhecimentos teóricos e práticos” (F-3).

Uma voz anónima – “que se supõe” (F-3) – integra no discurso a força da *doxa* e prepara desde já a validação da tese a defender, ou seja, a superioridade das competências humanas e cívicas sobre a mera formação literária e científica.

Com as devidas reservas e cautelas (relembre-se a natureza “delicada” do assunto), o locutor procede a uma nova inflexão no percurso argumentativo – “No entanto, formar pessoas não é, por si só, um aval tranquilizador” (F-4). Pressente-se o adensar da carga subjectiva no discurso. A formulação hipotética – “uma educação que propugnasse ou admitisse ideias de superioridade racial ou biológica” (F-5) – introduz um estado de coisas incompatível com uma universidade fundada nos “ideais solidários do respeito humano” (F-5) e nos princípios básicos da democracia. O facto de projectar a realização dos estados de coisas descritos para o âmbito das meras eventualidades – “estaria a perverter a própria noção de valor” – (F-5) permite ao locutor proceder a uma avaliação pouco elogiosa preservando, contudo, a face dos seus auditores. O alerta contra a eventualidade de os ideais solidários do respeito humano virem a ser substituídos pela *xenofobia* e pela *intolerância* reinscreve localmente a argumentação no eixo dicotómico Bem/Mal, estruturador fundamental da textura semântica de toda esta alocução.

Torna-se agora possível e quase inevitável a progressão. Fundando a coesão argumentativa em si próprio, despidas as máscaras, despedidas as vozes emprestadas, Saramago segundo Saramago faz agora ouvir, sem qualquer mediação, a sua própria voz.

Uma articulação de tipo meta-discursivo garante a progressão, encadeando-se o enunciado na própria enunciação. O locutor salvaguarda a coerência pragmático-funcional do discurso, clarificando a sua trajectória e explicitando o seu objectivo: “Aonde pretendo chegar com este já longo arrazoado? À universidade” (G-2). “E também à democracia” (G-3). Pergunta e resposta (desdobrada num binómio claramente explicitado) estão estruturalmente dependentes e a consistência interna que as une torna-se responsável pela progressão coesa do discurso.

Saramago, redundante, quase barroco na nomeação dos seus alvos. O auditório já os deduzira, inequivocamente, mas o orador indica-os, num monólogo-encenação de diálogo e explicita-os claramente: a *universidade* e a *democracia*.

A dimensão meta-discursiva alcançada neste momento reenvia o discurso para a sua própria enunciação, constituindo uma parte nuclear do sentido e funcionando como ponto de apoio para a configuração das dimensões significativas do texto.⁹

Emerge (finalmente) a linha de orientação argumentativa escondida no título.

A escolha intencional da formulação em sequência pergunta-resposta (que acaba por funcionar pragmaticamente como um enunciado declarativo) cumpre tão só o propósito de captar a atenção e o interesse do alocutário. Este novo artifício discursivo, jogo de dramatização em que um verdadeiro diálogo é simulado, condiciona o alocutário na aceitação imediata da resposta para a pergunta com que é confrontado. Fazendo apelo ao co-texto e ao contexto, esta pergunta só poderá ser interpretada retoricamente, podendo ainda ser parafraseada de acordo com a formulação da pergunta de auto-resposta: “Com todo este já longo arrazoado, onde pretendo chegar *senão* à universidade e à democracia?” Mais do que transmitir informação, nesta sequência o locutor procura ratificar dados anteriormente avançados e suscitar a concordância do alocutário.

Tendo obtido essa concordância, o locutor, humilde mas assertivo – “em minha modesta opinião” (G-4) – assume agora uma postura normativa.

As dimensões básicas do semantismo de “em minha modesta opinião” abrem um movimento argumentativo onde se faz a anulação parcial do conjunto de enunciados anteriormente realizados (ver D-1) e que se apresenta nos seguintes termos: *A universidade tem cumprido a sua função social, ao dispensar os conhecimentos necessários ao exercício de uma profissão*. Com notória assertividade e sem deixar de ser cooperativo (veja-se a salvaguarda da face do alocutário no modo como qualifica a sua própria opinião – “modesta”), o locutor passa a enunciar, especificando-os, os argumentos fundamentais da sua tese. Respondendo à

⁹ Ver Fonseca, J., 1992: 293 e seguintes.

argumentatividade que é uma das suas condições, o acto assertivo que se realiza é simultaneamente, por implicação pragmática, um acto de censura redutível a: *A universidade não passa de uma instituição dispensadora de conhecimentos.*

Saliente-se que a intencionalidade crítica a que aludimos é sustentada pelo emprego de um verbo auxiliar que expressa uma modalidade deontica – “deveria ser” (G-4), o que permite antecipar um certo tom exortativo e delimitar o cenário discursivo no qual a tese será desenhada com precisão.

Como contraponto a este acto de censura, é finalmente dada a conhecer a representação abrangente e integradora que o locutor tem do conceito de educação. As dimensões básicas do semantismo deste conceito cumprem-se por inteiro na prescrição de valores orientados por um programa assente na polaridade reflexão/acção. É neste eixo fundamental que se desenvolve toda a actividade humana – *a solidariedade humana, o respeito pela paz, a liberdade, o espírito crítico e o debate responsável das ideias.* A justaposição de termos que domina este segmento anula a dicotomia reflexão/acção na qual assenta a formação tradicionalmente dispensada pela instituição universitária, estabelecendo entre os pólos deste binómio uma relação de complementaridade.

Se para além da dimensão semântica, perspectivarmos agora a configuração discursiva e pragmática desta sequência textual, não poderemos deixar de perceber que nela se confirma a orientação argumentativa esboçada desde o início do discurso (ver C-1). A polemicidade que se deixa antever na oposição entre aquilo que a universidade *é* (instituição dispensadora de conhecimentos) e aquilo que ela *deveria ser* (espaço por excelência de formação para os valores) é o factor que opera a referida confirmação.

Sem negar/cancelar o mérito da instituição universitária e usando mesmo esse mérito como argumento legitimador de uma avaliação positiva, o locutor assume agora uma atitude de maior comprometimento; prefiguram-se enunciados mais polémicos na defesa de pontos de vista tendentes a valorizar a formação assente numa concepção ampla e globalizante da pessoa humana.

Assumindo sem reservas a dimensão polémica das suas afirmações, o orador antecipa mais uma vez um eventual movimento de contra-argumentação para logo o neutralizar. Efectivamente, é o próprio locutor que, numa clara estratégia de economia discursiva, refere a inutilidade de discussão sobre um novo tópico iminente. Pressente-se que a contra-argumentação latente poderia legitimamente trazer à discussão um novo tópico: o da família – “Argumentar-se-á que uma parte importante dessa tarefa pertence à família” (G-5). Com esta estratégia o locutor garante que o discurso continue focalizado na universidade.

Convocada para a apoteose do grande final, a universidade volta à cena, como contraponto não só do “entorpecimento das consciências” (H-1) de que a família é responsável, mas também como contraponto da *xenofobia* e da *intolerância* – “sendo como é lugar privilegiado de pluralidades e encontros” (H-1).

A fórmula definitória “sendo como é” confere à descrição do objecto um valor ontológico generalizadamente aceite, cujos termos são incontestáveis. A instituição universitária aparece, assim, objectivamente descrita. Porém, subjacente a essa descrição, sente-se uma intenção moralizadora. À luz do quadro enunciativo em que emerge, a intencionalidade do locutor desenha-se agora com maior nitidez. À voz corrente que afirma, junta-se a voz do locutor que confirma. Aproveitando esta enunciação polifonicamente concordante, ele deixa entender uma força ilocutória orientada em duas direcções: encarecer e responsabilizar, ou melhor, encarecer para responsabilizar. Orientado para o encarecimento, este acto ilocutório induz uma atitude de aceitação benevolente no destinatário permitindo ao mesmo tempo que o orador vá preparando a peroração. Esta não se fará, porém, antes da realização de dois actos indispensáveis à plena consecução dos propósitos do discurso e à clara satisfação das expectativas dos auditores.

O primeiro acto consiste na exposição de convicções/críticas pessoais que poderiam ser resumidas e escalonadas da seguinte forma:

- a universidade congrega em si as condições para o questionamento da própria democracia (ver H-1);
- os poderes políticos e económicos esvaziaram de conteúdo a democracia (ver H-2).

A metáfora da morte pela qual se faz a denúncia da hipocrisia dos poderes políticos evidencia a *conjugação de vozes*¹⁰ presentes no discurso. A imagem do *cadáver apodrecendo* – “O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver.” (H-4) – convoca mais uma vez o discurso bíblico, perceptível na urdidura moral subjacente à construção dos sentidos.

¹⁰ “As considerações tecidas sobre a *conjugação de vozes* que se dá no discurso tornam claro que as nossas palavras, para além de se aplicarem sobre os seus referentes, se aplicam ao mesmo tempo sobre as palavras dos outros – reais ou virtuais, já produzidas ou antecipadas –, sendo necessariamente que esta aplicação se reveste de fundamental relevância na determinação dos valores referenciais e modais de todas as produções linguísticas.” (Fonseca, J., 1992:82)

O segundo acto é o ponto culminante, realizando-se nele uma exortação que havia sido até aqui habilmente retardada e que se poderá resumir ao postulado: *A democracia tem que ser reinventada.*

Inscrito num quadro de referências morais e fundado num jogo de contraposições que, mais uma vez, evidencia as isotopias da Vida e da Morte, o apelo à reinvenção da democracia é amplificado pela polidestinação para a qual se projecta a voz do locutor.

Presente-se nas nuances imperativas introdutórias da exortação final o desejo de acentuar a urgência de uma tarefa que a todos diz respeito – “há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia” (H-2). Indiscriminados e múltiplos, os destinatários estão implicitamente contidos na formulação impessoal “há que...”, cujo alcance é a totalidade dos implicados. Nesta totalidade, veremos agora incluído o próprio orador que, desta forma, garante o seu comprometimento e a salvaguarda da face do alocutário. Note-se como a instauração de um tom de índole mais coloquial – “Se quereis a minha opinião” (H-3) – institui um quadro comunicativo de interacção face-a-face tendente a criar um clima de aproximação e a desenvolver uma atitude positiva na recepção da mensagem. A advertência contida em “Reinventemos, pois, a democracia” (H-5) é a conclusão lógica da argumentação desenvolvida e co-responsabiliza, a um tempo, a universidade enquanto instituição e, individualmente, todos os que nela intervêm.

A exortação final, agora explicitamente bi-direccionada – “Ela pode, vós podeis” (H-7) – surge como o culminar de uma argumentação irrefutável, de efeitos perlocutórios óbvios. Conscientes do poder de que estão investidos e, sendo como são, agentes privilegiados de mudança, todos são intimados a agir.

Retomando a situação inicial (relembremos a metáfora do paraíso e o modo como, através dela, se operou a sua auto-exclusão da esfera do Bem), o locutor desaparece discretamente e exclui-se de novo do discurso. Os olhares convergem agora para a boca de cena, onde se avolumam, totalmente idênticos e todo-poderosos, os vultos da universidade e dos universitários. Poderosos e, a partir de agora, como se pretendia, para sempre responsabilizados.

A análise que acabamos de propor mostra como o texto “Universidade e Democracia” é marcado por um forte pendor argumentativo. Atravessado pelas avaliações do autor bem como por uma pluralidade de vozes que as sustenta, nele se realiza uma exortação de sinal positivo. O autor orienta o seu discurso para a persuasão e mostra-se otimista quanto à possibilidade de concretização das soluções que prescreve. Fazendo da enunciação o palco onde constantemente se joga a sua revelação/ocultação, o autor investe no discurso produzido a força inegável da sua palavra para, através dela, intervir energicamente na mudança imperiosa da universidade.

*Júlia Cordas
Margarida Mouta*

BIBLIOGRAFIA

- FONSECA, Joaquim (1922), “Heterogeneidade na língua e no discurso” in FONSECA, J. *Linguística e Texto/Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*, Lisboa, ICALP, 249-292. Também em FONSECA, Joaquim (1994), *Pragmática Linguística. Teoria e Descrição do Português*, Porto, Porto-Editora.
- FONSECA, Joaquim (1998), “O Grau Zero: Discurso, Representações Ideológicas e Construção de Sentido”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto Línguas e Literaturas*, Vol. XV, Porto, 9333-373.
- FONSECA, Joaquim (1998), “Elogio do Sucesso: a força da palavra/o poder do discurso” in FONSECA, J. (org.) – *A Organização e o Funcionamento dos Discursos*. Estudos sobre o Português Tomo III, Porto, Porto-Editora.
- FONSECA, Joaquim (2000), “Carta de Guia de casados de D. Francisco Manuel de Melo”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto Línguas e Literaturas*, II Série Vol. XVII, Porto, 9-135.

Democracia e universidade

Os desejáveis objectivos do ensino, em especial do universitário, nos campos da formação e do civismo



JOSÉ SARAMAGO

“O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. E que a universidade nos ajude”

A não poucos deverá parecer estranho que venha aqui falar destes temas um sujeito que nunca se sentou nas aulas de uma universidade nem passeou pelas suas alamedas, e que, além do resto, conserva desde há longos anos inclinações ideológicas e políticas que o tornaram, aos olhos das pessoas bem pensantes, em alvo das piores suspeitas. Digamos, então, repetindo a frase clássica, que se trata de um caso em que o vício, talvez por não ter mais nada que perder, se resignou a prestar homenagem à virtude. Espero que os bons propósitos que me animam nesta hora de gratidão e júbilo vos mereçam crédito bastante para que venha a ser-me perdoado algum erro de apreciação, de perspectiva, algum lapso, simplesmente, nascido de um conhecimento insuficiente, que desde já confesso, das matérias em exame. Rogo-vos, portanto, a par da atenção e da simpatia que vos são naturais, a mais extremada benevolência de que sejais capazes.

É costume afirmar-se que ninguém é tão exigente e escrupuloso em questões de religião como um céptico, particularmente aquelas que se relacionarem com o dever de obediência estrita aos preceitos de carácter ético que nela se contêm. Compreende-se que seja assim: tendo perdido todas as esperanças de entrar no céu, se alguma vez as chegou a alimentar, o céptico chama a si o direito de reclamar dos crentes que, enquanto vivos, se comportem de maneira a merecerem a imensa sorte que lhes foi prometida no paraíso... Ora, pela mesma ordem de razões, não me tendo sido nunca abertas, como aluno, as portas do céu universitário, pertence

ao domínio da mais pura lógica compensativa manifestar eu o desejo de que as duas partes em causa, isto é, a instituição que ensina e os estudantes que aprendem, venham a alcançar um ponto perfeito de equilíbrio, quer no grau da exigência mútua quer na intensidade da auto-exigência própria. Exigência no plano da didáctica, naturalmente, mas também, e esta será a motivação primordial do meu discurso, exigência formativa.

Não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação. A universidade, diz-se, prepara o aluno para a vida, transmite-lhe os saberes adequados ao exercício cabal de uma profissão escolhida entre o conjunto de necessidades manifestadas directa ou indirectamente pela sociedade, escolhe essa que se algumas vezes pôde deixar-se guiar pelos imperativos morais de uma vocação, é com mais frequência a resultante quase automática dos diversos progressos tecnológicos e científicos e, também, como sua consequência natural, das demandas empresariais interessadas, quando não de nem sempre explicadas tendências caprichosas do mercado de trabalho que actuam com a força atractiva de irresistíveis tropismos.

Em qualquer caso, a universidade terá sempre razões para considerar que cumpriu o papel que lhe foi atribuído, isto é, entregar à sociedade gente nova supostamente dotada de suficiente preparação para receber e integrar no seu acervo de conhecimentos aquelas lições que ainda lhe faltam, as da experiência, madre de todas as coisas humanas, e, no

futuro, os ensinamentos complementares que lhe serão proporcionados por essa outra mãe moderna e providencial a que demos o nome de «formação contínua», a qual, como é sabido, tem a obrigação de nos manter actualizados na actividade profissional até ao último dia das nossas vidas...

Chegados a esta altura do exposto, se a universidade, como era seu dever, formou, e se a formação contínua tomará à sua conta o resto do trabalho, a pergunta é inevitável: «Onde está o problema?». O problema, o meu problema, não o vosso, reside no facto de até agora me ter limitado a falar da formação necessária ao bom desempenho de uma profissão, deixando provisoriamente de lado a formação do indivíduo, da pessoa, do cidadão, essa suprema trindade terrestre, três em um corpo só. É tempo de tocar o delicado assunto.

Qualquer projecto formativo pressupõe, obviamente, um objecto e um objectivo. O «objecto» é a pessoa a quem se quer formar, o objectivo está na natureza e na finalidade da formação. Uma formação literária, por exemplo, não apresenta mais dúvidas que as que resultarem dos métodos de ensino e da maior ou menor capacidade de recepção ou interesse do educando. A questão, porém, mudará radicalmente de figura sempre que se trate de formar pessoas, isto é, sempre que se pretenda incutir no que designei por «objecto», não as simples matérias disciplinares que constituem um curso, mas um complexo de valores éticos e relacionais que se supõe serem tão indispensáveis à vida como o será a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de uma profissão. No entanto, formar pessoas não é, por si só, um aval tranquilizador. Uma educação que propugnasse ou admitisse ideias de superioridade racial ou biológica estaria a perverter a própria noção de valor, colocando o negativo no lugar do positivo, substituindo os ideais solidários do respeito humano pela xenofobia e pela intolerância. Desgraçadamente, não nos faltam exemplos na nossa história antiga e recente.

Aonde pretendo chegar com este já longo arrazoado? À universidade. E também à democracia. À universidade, porque, em minha modesta opinião, ela deveria ser, tanto ou ainda mais que uma instituição dispensadora de conhecimentos, o espaço por excelência da formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada também para a liberdade, educada para o espírito crítico, para o debate responsável das ideias. Argumentar-se-á que uma parte importante dessa tarefa pertence por definição à família, como célula básica da sociedade, porém, demasiado o sabemos, a instituição familiar atravessa uma crise de identidade que a tornou impotente diante das transformações de todo tipo que distinguem o nosso tempo.

A família, salvo dignas mas não numerosas excepções, tende a entorpecer as consciências, ao passo que a universidade, sendo, como é, lugar privilegiado de pluralidades e encontros, congrega todas as condições para suscitar, estimulando-a, uma aprendizagem prática e efectiva dos mais amplos valores democráticos, começando pelo que me parece fundamental: o questionamento da própria democracia. Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pelo descrença, bem ajudadas, uma e outra, pelos diversos poderes políticos e económicos a quem convém manter a decorativa fachada do edifício democrático, mas que nos tem impedido de verificar se por trás dela ainda algo existe. Se quereis a minha opinião, o que ainda resta é, quase sempre, usado muito mais para armar de eficácia as mentiras que para defender as verdades. O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. E que a universidade nos ajude. Ela pode, vós podeis. ■

ESTE TEXTO DO PRÉMIO NOBEL DA LITERATURA E NOSSO COLUMNISTA, TEM COMO BASE A SUA INTERVENÇÃO AO SER DOCTORADO «HONORIS CAUSA» NA UNIVERSIDADE CARLOS III, DE MADRID

“A universidade deveria ser, tanto ou ainda mais que uma instituição dispensadora de conhecimentos, o espaço por excelência da formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada também para a liberdade, educada para o espírito crítico, para o debate responsável das ideias”

DEMOCRACIA E UNIVERSIDADE

José Saramago

A.

(1) Qualquer projecto formativo pressupõe, obviamente, um objecto e um objectivo. O «objecto» é a pessoa a quem se quer formar, o objectivo está na natureza e na finalidade da formação. (2) Uma formação literária, por exemplo, não apresenta mais dúvidas que as que resultarem dos métodos de ensino e da maior ou menor capacidade de recepção ou interesse do educando. (3) A questão, porém, mudará radicalmente de figura sempre que se trate de formar pessoas, isto é, sempre que se pretenda inculcar no que designei por «objecto» não as simples matérias disciplinares que constituem um curso, mas um complexo de valores éticos e relacionais que se supõe serem tão indispensáveis à vida como o será a aquisição dos conhecimentos teóricos e práticos necessários ao exercício de uma profissão. (2) No entanto, formar pessoas não é, por si só, um aval tranquilizador. (3) Uma educação que propugnasse ou admitisse ideias de superioridade racial ou biológica estaria a perverter a própria noção de valor, colocando o negativo no lugar do positivo, substituindo os ideais solidários do respeito humano pela xenofobia e pela intolerância. (4) Desgraçadamente, não nos faltam exemplos na nossa história antiga e recente.

B.

(1) Não ignoro que a principal incumbência assinada ao ensino em geral, e em especial ao ensino universitário, é precisamente a formação. (2) A universidade, diz-se, prepara o aluno para a vida, transmite-lhe os saberes adequados ao exercício cabal de uma profissão escolhida entre o conjunto de necessidades manifestadas directa ou indirectamente pela sociedade, escolha essa que se algumas vezes pôde deixar-se guiar pelos imperativos morais de uma vocação, é com mais frequência a resultante quase automática dos diversos progressos tecnológicos e científicos, e, também, como sua consequência natural, das demandas empresariais interessadas, quando não de nem sempre explicadas tendências caprichosas do mercado de trabalho que actuam com a força atractiva de irresistíveis tropismos.

C.

(1) Em qualquer caso, a universidade terá sempre razões para considerar que cumpriu o papel que lhe foi atribuído, isto é, entregar à sociedade gente nova supostamente dotada de suficiente preparação para receber e integrar no seu acervo de conhecimentos aquelas lições que ainda lhe faltam, as da experiência, madre de todas as coisas humanas, e, no futuro, os ensinamentos complementares que lhe serão proporcionados por essa outra madre moderna e providencial a que demos o nome de «formação contínua», a qual, como é sabido, tem a obrigação de nos manter actualizados na actividade profissional até ao último dia das nossas vidas...

D.

(1) É costume afirmar-se que ninguém é tão exigente e escrupuloso em questões de religião como um céptico, particularmente aquelas que se relacionarem com o dever de obediência estrita aos preceitos de carácter ético que nela se contêm. (2) Compreende-se que seja assim: tendo perdido todas as esperanças de entrar no céu, se alguma vez as chegou a alimentar, o céptico chama a si o direito de reclamar dos crentes que, enquanto vivos, se comportem de maneira a merecerem a imensa sorte que lhes foi prometida no paraíso... (3) Ora, pela mesma ordem de razões, não me tendo sido nunca abertas, como aluno, as portas do céu universitário, pertence ao domínio da mais pura lógica compensativa manifestar eu o desejo de que as duas partes em causa, isto é, a instituição que ensina e os estudantes que aprendem, venham a alcançar um ponto perfeito de equilíbrio, quer no grau da exigência mútua quer na intensidade da auto-exigência própria. (4) Exigência no plano da didáctica, naturalmente, mas também, e esta será a motivação primordial do meu discurso, exigência formativa.

E.

(1) Chegados a esta altura do exposto, se a universidade, como era seu dever, formou, e se a formação contínua tomará à sua conta o resto do trabalho, a pergunta é inevitável: «Onde está o problema?». (2) O problema, o meu problema, não o vosso, reside no facto de até agora me ter limitado a falar da formação necessária ao bom desempenho de uma profissão, deixando provisoriamente de lado a formação do indivíduo, da pessoa, do cidadão, essa suprema trindade terrestre, três em um corpo só. (3) É tempo de tocar o delicado assunto.

F.

(1) Aonde pretendo chegar com este já longo arrazoado? (2) À universidade. (3) E também à democracia. (4) À universidade, porque, em minha modesta opinião, ela deveria ser, tanto ou ainda mais que uma instituição dispensadora de conhecimentos, o espaço por excelência da formação do cidadão, da pessoa educada nos valores da solidariedade humana e do respeito pela paz, educada também para a liberdade, educada para o espírito crítico, para o debate responsável das ideias. (5) Argumentar-se-á que uma parte importante dessa tarefa pertence por definição à família, como célula básica da sociedade, porém, demasiado o sabemos, a instituição familiar atravessa uma crise de identidade que a tornou impotente diante das transformações de todo tipo que distinguem o nosso tempo.

G.

(1) A não poucos deverá parecerá estranho que venha aqui falar destes temas um sujeito que nunca se sentou nas aulas de uma universidade nem passeou pelas suas alamedas, e que, além do resto, conserva desde há longos anos inclinações ideológicas e políticas que o tornaram, aos olhos das pessoas bem pensantes, em

alvo das piores suspeitas. (2) Digamos, então, repetindo a frase clássica, que se trata de um caso em que o vício, talvez por não ter mais nada que perder, se resignou a prestar homenagem à virtude. (3) Espero que os bons propósitos que me animam nesta hora de gratidão e júbilo vos mereçam crédito bastante para que venha a ser-me perdoado algum erro de apreciação, de perspectiva, algum lapso, simplesmente, nascido de um conhecimento insuficiente, que desde já confesso, das matérias em exame. (4) Rogo-vos, portanto, a par da atenção e da simpatia que vos são naturais, a mais extremada benevolência de que sejais capazes.

H.

(1) A família, salvo dignas mas não numerosas excepções, tende a entorpecer as consciências, ao passo que a universidade, sendo, como é, lugar privilegiado de pluralidades e encontros, congrega todas as condições para suscitar, estimulando-a, uma aprendizagem prática e efectiva dos mais amplos valores democráticos, começando pelo que me parece fundamental: o questionamento da própria democracia. (2) Há que procurar a maneira de reinventar de alguma forma a democracia, de arrancá-la à imobilidade a que foi condenada pela rotina e pelo descrença, bem ajudadas, uma e outra, pelos diversos, poderes políticos e económicos a quem convém manter a decorativa fachada do edifício democrático, mas que nos tem impedido de verificar se por trás dela ainda algo existe. (3) Se quereis a minha opinião, o que ainda resta é, quase sempre, usado muito mais para armar de eficácia as mentiras que para defender as verdades. (4) O que chamamos hoje democracia assemelha-se tristemente ao pano solene que cobre a urna onde já está apodrecendo o cadáver. (5) Reinventemos, pois, a democracia antes que seja demasiado tarde. (6) E que a universidade nos ajude. (7) Ela pode, vós podeis.